



PODER

Demissão de ministro reabre cobiça por reforma

Deputado Pedro Lucas deve assumir a pasta das Comunicações no lugar de Juscelino Filho, denunciado pela PGR por desvio de emendas parlamentares. Troca reforça cálculos políticos para dança das cadeiras na Esplanada dos Ministérios

» VICTOR CORREIA
» ISRAEL MEDEIROS

Com a queda do ministro das Comunicações, Juscelino Filho, na terça-feira, o governo e o União Brasil começam a dialogar sobre o sucessor na pasta. O cotado é o deputado Pedro Lucas (MA), líder do partido na Câmara. O martelo deve ser batido com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva da viagem que fez a Honduras, para participar da Cúpula de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Lula desembarca em Brasília nesta manhã e deve se reunir, nos próximos dias, com representantes do União Brasil e com o próprio Pedro Lucas para definir a nomeação. A escolha é dada como certa no Planalto e esperada para esta semana. O chefe do Executivo não demonstrou resistência ao parlamentar nem sinalizou que pretende trocar o partido que comanda o Ministério das Comunicações.

Lula conheceu Pedro Lucas recentemente, durante viagem de uma semana ao Japão e ao Vietnã. O líder do União Brasil na Câmara foi um dos nove parlamentares que participaram da comitiva presidencial, da qual fizeram parte, também, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); e os ex-presidentes das duas Casas Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente.

Pedro Lucas agrada por ser da ala governista do União Brasil, além de aliado do ex-ministro da Justiça e atual magistrado do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

Em 2017, quando era vereador, foi indicado para assumir a presidência da Agência Executiva Metropolitana (Agem) do Maranhão, pelo então governador Flávio Dino — atualmente, relator

do processo de Juscelino no STF. Deputados governistas ouviram reservadamente pelo **Correio** também aprovam o nome de Pedro Lucas. Na avaliação deles, a exoneração de Juscelino não deve ter maiores consequências para o governo, já que a saída foi rápida (o então ministro pediu para sair no mesmo dia em que foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República). Há a análise, também, de que Pedro Lucas ajudará a manter um bom relacionamento com o União Brasil.

Chamou a atenção, no entanto, a ausência de posicionamentos de parlamentares sobre a saída de Juscelino. Parte disso se deve ao fato de a denúncia contra o agora ex-ministro ter a ver com a destinação de emendas parlamentares, tema sensível aos deputados e senadores.

Em geral, quando há uma baixa no primeiro escalão, congressistas — em especial da oposição — costumam se posicionar. Na sessão da Câmara, ontem, não houve nenhuma menção à saída de Juscelino. Já nas redes sociais, a oposição se concentrou na pauta pró-anistia. Deputados governistas procurados pelo **Correio** também evitaram falar sobre o tema.

A troca no Ministério das Comunicações também reabriu os cálculos políticos pela reforma ministerial. Até o momento, Lula pretendia fazer mudanças apenas em pastas comandadas pelo PT, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, de Paulo Teixeira, e o Ministério das Mulheres, de Cida Gonçalves. Porém, o PSD, de Gilberto Kassab, aproveitou a alteração em curso para cobrar o Ministério do Turismo, atualmente chefiado por Celso Sabino, do União Brasil.

As duas legendas possuem três pastas, mas o PSD reclama do Ministério da Pesca, cujo titular é André de Paula, e cobra um assento com mais influência.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



O deputado Pedro Lucas e o presidente Lula se conheceram durante recente viagem ao Japão e ao Vietnã

» Suplente perderá cargo após dois meses

Com a demissão do agora deputado federal e ex-ministro das Comunicações, Juscelino Filho, o deputado federal Ivan Junior (União-MA) vai deixar a Câmara, após um mandato de dois meses como suplente. Ivan assumiu o cargo em 1º de janeiro, depois que o deputado federal Dr. Benjamin (União-MA), que era o suplente de Juscelino desde que ele assumiu o Ministério das Comunicações, ser empossado como prefeito de Açailândia (MA). Na curta estadia na Câmara, Ivan protocolou três projetos de lei. O primeiro busca reduzir a jornada de trabalho para, no máximo, oito horas diárias e 40 horas semanais; o segundo, para evitar taxas adicionais em ingressos de meia-entrada; e o último, para aumentar as penas de delitos envolvendo pornografia infantil e outros crimes sexuais contra menores de idade.

Ainda não está claro como Lula vai acomodar as demandas, mas uma das opções avaliadas no governo inclui demitir Cida Gonçalves e substituí-la pela atual

ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, do PCdoB. Celso Sabino assumiria a pasta e deixaria o Turismo vago para um nome de Kassab.

Ataque será investigado

» WAL LIMA

A pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), a Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República (PGR) vão investigar o deputado federal Gilvan da Federal (PL-ES), que desejou a morte do presidente Lula.

Segundo a AGU, as declarações podem configurar incitação ao crime e ameaça. “Há de se apurar, ainda (...), se tais manifestações excedem ou não os limites da imunidade parlamentar, de acordo com o art. 53 da Constituição Federal, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que tem entendido que a imunidade material não protege manifestações que configurem crimes contra a honra ou incitação à violência”, destacou a AGU.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, também acionou a Comissão de Ética da Casa e a PGR contra o parlamentar bolsonarista. “Houve uma incitação à violência, mais que isso, uma incitação à morte do presidente Lula, por isso nós entramos com essas duas representações e esperamos que ele seja julgado”, frisou Lindbergh.

As declarações de Gilvan ocorreram na Comissão de Segurança Pública, na terça-feira, que discutia projeto para desarmar os seguranças do presidente da República e dos ministros — o texto foi aprovado por 15 votos a 8. “Eu quero mais é que o Lula morra. Não vou dizer que eu vou matar o cara, mas eu quero que ele morra, que vá para o quinto dos infernos, porque nem o diabo quer o Lula”, discursou Gilvan. “É por isso que ele está vivendo aí. Superou o câncer, mas tomara que tenha um ataque cardíaco.”

Denúncia da PGR

Juscelino Filho foi denunciado pela PGR por desvio de emendas parlamentares. O órgão concluiu que ele participou de uma organização criminosa que se apropriou de recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (Codevasf), que seriam destinados à pavimentação de estradas.

Em nota, a defesa do ex-ministro sustentou que o cliente não se envolveu em irregularidades. “De toda forma, o ministro reafirma sua total inocência e destaca que o oferecimento de uma denúncia não implica culpa nem pode servir de instrumento para o MP pautar o país”, frisou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Tarifaço entre EUA e China inicia a guerra comercial do século

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escalou ainda mais a disputa comercial com a China e recuou em relação aos demais países, numa manobra com objetivo de isolar o presidente chinês, Xi Jinping, e forçar o gigante asiático a aceitar as exigências protecionistas norte-americanas.

A China resolveu adotar uma política de reciprocidade e taxou em 84% os produtos norte-americanos; em resposta, Trump resolveu pausar seu tarifaço por 90 dias, cobrando apenas 10% de impostos sobre os produtos de todos os países, menos da China, que aumentou para 125%, devido às retaliações anunciadas por Pequim.

Os EUA haviam imposto uma taxa de 104% aos produtos chineses, que entraria em vigor nesta quarta. Em resposta, o Ministério das Finanças da China anunciou que subiria tarifas para 84% sobre os produtos americanos. “Com base na falta de respeito que a China demonstrou aos mercados mundiais, estou, por meio deste, aumentando a tarifa cobrada da China pelos Estados Unidos da América para 125%, com efeito imediato”, escreveu Trump na Truth Social, sua própria rede.

Desde o início do tarifaço, anunciando no último dia 2, a economia mundial

está sob forte impacto de suas decisões. “A China perceberá que os dias de exploração dos EUA e de outros países não são mais sustentáveis ou aceitáveis”, escreveu. A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China estava escrita nas estrelas, ou melhor, prevista no livro Sobre a China (Objetiva), de 2011, no qual Henry Kissinger analisa a história, a diplomacia e a estratégia chinesas na cena mundial.

Artífice da reaproximação entre os Estados Unidos e o “Império do Meio”, durante o governo de Richard Nixon, Kissinger realizou mais de 50 visitas a Pequim e a diversas províncias chinesas, encontrando-se com as principais lideranças que antecederam Xi Jinping, o atual presidente chinês: Mao Zedong, Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

A aproximação entre os dois países foi uma cartada estratégica de Nixon para manter a hegemonia norte-americana, ao enfraquecer a antiga União Soviética e conter, também, a ascensão econômica do Japão, que havia se tornado a segunda economia do mundo. Ao romper com o padrão-ouro do Acordo de Bretton Woods, de 1944, Nixon virou a mesa: suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro e regulou preços e salários nos EUA.

O câmbio passou a variar com base

em oferta e demanda, o que trouxe mais volatilidade ao comércio internacional. A confiança no sistema monetário passou a depender da credibilidade dos governos. Alemanha, França e Inglaterra, que eram as demais potências econômicas mundiais, também arcaram com as consequências. A crise do sistema coincidiu com choques do petróleo (1973 e 1979), que geraram “estagflação”: alta inflação com baixo crescimento.

Montanha-russa

Entretanto, Kissinger previu que a China e os Estados Unidos — uma potência continental e uma potência marítima — travariam uma longa disputa pelo controle do comércio mundial, cujo eixo se deslocara do Atlântico pelo Pacífico. Ele mostrou que essa disputa reproduziria o embate entre a Inglaterra, uma potência marítima, e a Alemanha, uma potência continental, pelo controle do comércio no Atlântico, o que provocou duas guerras mundiais no século passado. Quais serão a forma e o desfecho desse embate entre os Estados Unidos e a China? É a isso que vamos assistir daqui para a frente.

O primeiro sinal dessa resposta protecionista dos EUA ocorreu em fevereiro

de 2012, com um anúncio da Chrysler, no intervalo da Superbowl, a final do campeonato de futebol americano: “As pessoas estão sem emprego e sofrendo... Detroit mostra-nos que dá para sair dessa. Este país não pode ser derrubado com um soco”. Começava ali a perspectiva dos norte-americanos em relação à China que agora estamos assistindo.

A Chrysler traduzia o sentimento de milhões de norte-americanos que responsabilizavam a China pela perda de seus empregos. A empresa evocava o patriotismo ao dizer que comprar seus carros salvaria os americanos. Colou a tal ponto que a tese embalou a eleição de Donald Trump em 2016 e sua volta ao poder, neste ano.

A discussão sobre o déficit comercial entre os dois países é ainda mais antiga: em 2005, Ben Bernanke, então presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, dizia que o déficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos havia subido bruscamente no final dos anos 1990, atingindo US\$ 640 bilhões, ou seja, 5,5% do PIB em 2004. A poupança interna também havia caído 16,5% do PIB desde 1996.

O déficit só poderia ter sido financiado por investimentos estrangeiros. Para

Bernanke, havia uma “fartura de poupança mundial”, e os chineses, com um tremendo superavit comercial com os Estados Unidos, não estavam investindo nem comprando produtos norte-americanos, estavam aplicando os ganhos em poupança e reservas de moedas.

Ao subiu o tom e taxar a China em 125%, mas paralisando as taxações acima de 10% sobre todos os demais países por 90 dias, Trump revirou novamente o tabuleiro. A impressionante recuperação do mercado de ações, após a surpreendente reversão de tarifas, já entrou para a história. O S&P 500 disparou 9,52% em uma reação impulsiva ao anúncio de Trump de suspender por 90 dias algumas das tarifas “recíprocas”.

O ganho em um dia é o terceiro maior desde a Segunda Guerra Mundial para o principal índice do mercado de ações, de acordo com a FactSet. Já o Dow Jones Industrial Average avançou 2.962,86 pontos, ou 7,87%, registrando seu maior avanço desde março de 2020. Isso levou o dólar a perder força em relação ao real e as bolsas de valores ainda abertas ao redor do mundo a subirem com força, com o Ibovespa em alta de mais de 3%. É uma montanha-russa, sem trocadilho, cuja estrutura ninguém sabe se aguenta o tranco.